

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

		<u>Em Reais</u>	
Descrição	Ativo		
	Nota	2018	
Circulante		203.514.795,18	170.458.172,09
Disponibilidades	4	1.253.120,82	1.017.698,24
Títulos e Valores Mobiliários	5	104.344.786,36	101.561.116,47
Carteira Própria		104.344.786,36	101.561.116,47
Relações Interfinanceiras	6	50.532.230,64	26.670.954,70
Centralização Financeira		50.532.230,64	26.670.954,70
Operações de Crédito	7	42.266.525,60	36.219.312,00
Operações de Crédito		44.465.692,69	37.846.128,98
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.199.167,09)	(1.626.816,98)
Outros Créditos	8	3.138.576,72	3.025.987,25
Avais e Fianças		328.959,77	200.000,33
Rendas a Receber		422.750,16	313.601,82
Diversos		2.742.969,89	3.413.413,11
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(356.103,10)	(901.028,01)
Outros Valores e Bens	9	1.979.555,04	1.963.103,43
Outros Valores e Bens		1.944.980,58	1.953.016,58
Despesas Antecipadas		34.574,46	10.086,85
Não Circulante		59.921.667,44	45.658.119,49
Realizável a Longo Prazo		55.617.081,18	41.328.768,00
Títulos e Valores Mobiliários	5	7.008.621,24	-
Carteira Própria		7.008.621,24	-
Operações de Crédito	7	48.655.607,79	41.328.768,00
Operações de Crédito		51.482.713,89	43.696.390,83
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.827.106,10)	(2.367.622,83)
Outros Créditos	8	(47.147,85)	-
Diversos		1.086,23	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(48.234,08)	-
Investimentos	10	3.563.932,39	3.468.620,25
Ações e Cotas		3.563.932,39	3.468.620,25
Imobilizado	11	735.675,37	852.022,78
Outras Imobilizações de Uso		1.733.682,24	1.787.844,58
(-) Depreciações Acumuladas		(998.006,87)	(935.821,80)
Intangível		4.978,50	8.708,46
Softwares		64.945,26	64.945,26
(-) Amortizações Acumuladas		(59.966,76)	(56.236,80)
Total do Ativo		263.436.462,62	216.116.291,58

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Descrição	Passivo		
	Nota	2018	2017
Circulante		227.036.439,47	187.029.377,35
Depósitos	12	214.957.556,89	176.918.535,52
Depósitos à Vista		47.069.695,55	33.473.338,90
Depósitos sob Aviso		792.450,10	745.968,14
Depósitos a Prazo		167.095.411,24	142.699.228,48
Relações Interdependências	13	5.755.314,54	5.469.145,94
Recursos em Trânsito de Terceiros		5.755.314,54	5.469.145,94
Obrigações por Empréstimo	14	590.209,87	751.520,55
Empréstimos no País-Outras Instit.		590.209,87	751.520,55
Outras Obrigações	15	5.733.358,17	3.890.175,34
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		54.569,17	52.290,71
Sociais e Estatutárias	15.1	1.256.025,56	397.835,06
Fiscais e Previdenciárias	15.2	333.795,10	338.883,15
Diversas	15.3	4.088.968,34	3.101.166,42
Patrimônio Líquido	17	36.400.023,15	29.086.914,23
Capital Social	17.a	24.654.835,31	20.861.951,67
Reserva de Sobras		6.087.961,05	3.385.503,78
Sobras do Período		5.657.226,79	4.839.458,78
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		263.436.462,62	216.116.291,58



Gaspar Laus
Presidente



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Nota	Em Reais		
		2º Semestre 2018	2018	2017
Ingressos da Intermediação Financeira	18	13.922.626,87	27.120.402,73	27.759.624,03
Resultado com operações de crédito		10.321.908,08	20.280.323,01	18.664.275,02
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		3.600.718,79	6.840.079,72	9.095.349,01
Dispêndios da Intermediação Financeira	19	(7.737.456,48)	(13.768.576,88)	(16.121.374,70)
Operações de captação no mercado	12.a	(5.037.302,24)	(9.680.288,93)	(12.162.371,77)
Operações de empréstimos e repasses		(3.223,51)	(6.857,26)	(5.075,24)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.696.930,73)	(4.081.430,69)	(3.953.927,69)
Resultado bruto da intermediação financeira		6.185.170,39	13.351.825,85	11.638.249,33
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.173.989,43)	(5.994.639,34)	(7.166.439,41)
Receitas de prestação de serviços		2.616.062,99	5.107.035,27	4.448.848,77
Despesas de pessoal		(3.749.357,33)	(7.177.752,72)	(6.791.306,80)
Outras despesas administrativas		(3.957.359,21)	(7.617.031,54)	(7.514.543,80)
Despesas Tributárias		(88.099,91)	(176.298,81)	(158.162,67)
Outras Receitas Operacionais	18.1	2.394.758,57	4.663.713,43	3.557.353,35
Outras Despesas Operacionais	19.1	(389.994,54)	(794.304,97)	(708.628,26)
Resultado operacional		3.011.180,96	7.357.186,51	4.471.809,92
Resultado não operacional	20	42.625,85	98.862,15	144.100,53
Resultado antes da tributação e da participação nas sobras		3.053.806,81	7.456.048,66	4.615.910,45
Imposto de renda e contribuição social		(5.208,80)	(43.827,45)	(67.685,99)
Imposto de Renda		(2.268,62)	(20.099,21)	(31.040,71)
Contribuição Social		(2.940,18)	(23.728,24)	(36.645,28)
Participação nas Sobras		(300.696,08)	(633.586,45)	-
Sobras Líquidas		2.747.901,93	6.778.634,76	4.548.224,46



Gaspar Laus
Presidente



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Sobras		Sobras A Disposição da AGO	Total
		Legal	Fundo de Estabilidade		
SALDO EM 31/12/2016	16.803.060,80	1.730.632,93	668.927,21	3.743.842,96	22.946.463,90
MUTAÇÕES EM 2017	4.058.890,87	479.932,35	506.011,29	1.095.615,82	6.140.450,33
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	1.266.045,12	(1.266.045,12)	-
Ao Capital	2.460.724,94	-	-	(2.460.724,94)	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex associados	-	-	-	(17.072,90)	(17.072,90)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.495.592,10	-	-	-	2.495.592,10
Por Devolução (-)	(897.426,17)	-	-	-	(897.426,17)
Reversões de Reservas	-	-	(1.000.000,00)	1.000.000,00	-
Sobras Líquidas	-	-	-	4.548.224,46	4.548.224,46
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	479.932,35	239.966,17	(719.898,52)	-
FATES	-	-	-	(387.840,66)	(387.840,66)
Outros Eventos					
Absorção de Despesas - FATES	-	-	-	398.973,50	398.973,50
SALDO EM 31/12/2017	20.861.951,67	2.210.565,28	1.174.938,50	4.839.458,78	29.086.914,23
MUTAÇÕES EM 2018	3.792.883,64	707.153,35	1.995.303,92	817.768,01	7.313.108,92
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	1.641.727,25	(1.641.727,25)	-
Ao Capital	3.175.733,61	-	-	(3.175.733,61)	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex associados	-	-	-	(21.997,92)	(21.997,92)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.587.063,01	-	-	-	1.587.063,01
Por Devolução (-)	(969.912,98)	-	-	-	(969.912,98)
Sobras Líquidas	-	-	-	6.778.634,76	6.778.634,76
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	707.153,35	353.576,67	(1.060.730,02)	-
FATES	-	-	-	(447.652,15)	(447.652,15)
Outros Eventos					
Absorção de Despesas - FATES	-	-	-	386.974,20	386.974,20
SALDO EM 31/12/2018	24.654.835,31	2.917.718,63	3.170.242,42	5.657.226,79	36.400.023,15



Gaspar Laus
Presidente



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Em Reais		
	2º SEMESTRE 2018	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ajustes:			
Sobras/Perdas do Exercício	3.053.806,81	7.456.048,66	4.615.910,45
IRPJ / CSLL	(5.208,80)	(43.827,45)	(67.685,99)
Provisão para Operações de Crédito	1.342.115,33	1.031.833,38	1.638.687,82
Participação nas Sobras	(300.696,08)	(633.586,45)	-
Depreciações e Amortizações	(30.768,40)	65.915,03	159.326,92
	4.059.248,86	7.876.383,17	6.346.239,20
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	(19.300.413,48)	(24.533.173,55)	(3.554.128,62)
Operações de Crédito	(10.045.393,55)	(10.045.393,55)	4.752.237,74
Outros Créditos	(8.933.276,86)	(14.405.886,77)	(8.706.394,38)
Outros Valores e Bens	(378.626,31)	(65.441,62)	717.919,10
	56.883,24	(16.451,61)	(317.891,08)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	26.348.610,77	40.007.062,12	36.780.432,12
Depósitos sob Aviso	9.047.110,60	13.596.356,65	7.492.420,05
Depósitos a Prazo	22.861,62	46.481,96	(129.721,63)
Outras Obrigações	10.724.971,72	24.396.182,76	29.090.414,89
Relações Interdependências	971.130,56	1.843.182,83	168.936,00
Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.747.480,70	286.168,60	113.216,28
	(164.944,43)	(161.310,68)	45.166,53
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.107.446,15	23.350.271,74	39.572.542,70
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Investimento	-	(95.312,14)	(973.899,59)
Imobilizações de Uso	106.489,92	54.162,34	(15.107,90)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	106.489,92	(41.149,80)	(989.007,49)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento por novos aportes de Capital	830.613,57	1.587.063,01	2.495.592,10
Devolução de Capital a Cooperados	(479.590,92)	(969.912,98)	(897.426,17)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(21.997,92)	(17.072,90)
FATES	(447.652,15)	(447.652,15)	(387.840,66)
Absorção de Despesas - FATES	386.974,20	386.974,20	398.973,50
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	290.344,70	534.474,16	1.592.225,87
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.504.280,77	23.843.596,10	40.175.761,08
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	141.589.084,74	129.249.769,41	89.074.008,33
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	153.093.365,51	153.093.365,51	129.249.769,41
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.504.280,77	23.843.596,10	40.175.761,08



Gaspar Laus
Presidente



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **30/05/2003**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ADVOCACIA** possui **8** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ITAJAÍ - SC, VIDEIRA - SC, CONCÓRDIA - SC, CHAPECÓ - SC, CRICIÚMA - SC, BLUMENAU - SC, FLORIANÓPOLIS - SC, JOINVILLE - SC.**

O **SICOOB ADVOCACIA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 11/2/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo BACEN.

Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2)- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 4.636/2018; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios/despesas e os ingressos/receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e *softwares*, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, dos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto nº 9.580/2018. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Disponibilidades

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as disponibilidades estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1.058.699,31	987.131,35
Numerários em Trânsito	190.680,00	-
Depósitos Bancários	3.741,51	30.566,89
TOTAL	1.253.120,82	1.017.698,24

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa	111.353.407,60	101.561.116,47
TOTAL	111.353.407,60	101.561.116,47

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI.

6. Relações Interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	50.532.230,64	26.670.954,70
TOTAL	50.532.230,64	26.670.954,70

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	62.308,26	-	62.308,26	120.997,58
Empréstimos	32.916.519,86	41.591.691,09	74.508.210,95	60.634.025,56
Títulos Descontados	5.502.439,32	-	5.502.439,32	4.909.554,58
Financiamentos	5.984.425,25	9.891.022,80	15.875.448,05	15.877.942,09
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.199.167,09)	(2.827.106,10)	(5.026.273,19)	(3.994.439,81)
TOTAL	42.266.525,60	48.655.607,79	90.922.133,39	77.548.080,00

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	3.303.143,61	17,42	167.715,68	3.470.876,71	-	1.748.292,43	-
A	0,5%	Normal	17.253.959,79	89.861,91	5.385.910,42	22.729.732,12	(113.648,66)	26.491.381,23	(132.456,91)
B	1%	Normal	30.966.855,65	1.325.853,60	5.293.731,95	37.586.441,20	(375.864,41)	41.363.255,15	(413.632,55)
B	1%	Vencidas	145.302,13	18.572,82	77.961,13	241.836,08	(2.418,36)	413.163,71	(4.131,64)
C	3%	Normal	15.789.827,54	1.264.032,59	3.702.082,11	20.755.942,24	(622.678,27)	3.435.465,64	(103.063,97)
C	3%	Vencidas	459.661,28	69.813,44	105.311,01	634.785,73	(19.043,57)	937.341,35	(28.120,24)
D	10%	Normal	2.977.331,87	165.256,37	285.657,05	3.428.245,29	(342.824,53)	1.419.132,11	(141.913,21)
D	10%	Vencidas	472.653,78	64.509,77	33.114,12	570.277,67	(57.027,77)	968.485,28	(96.848,53)
E	30%	Normal	1.548.787,12	111.556,88	562.047,61	2.222.391,61	(666.717,48)	900.241,86	(270.072,56)
E	30%	Vencidas	745.093,63	36.614,23	154.732,44	936.440,30	(280.932,09)	624.890,86	(187.467,26)
F	50%	Normal	801.021,79	41.912,96	3.024,61	845.959,36	(422.979,68)	385.267,46	(192.633,73)
F	50%	Vencidas	520.500,40	20.310,94	42.512,23	583.323,57	(291.661,79)	315.192,60	(157.596,30)
G	70%	Normal	111.913,12	1.546,10	-	113.459,22	(79.421,45)	139.266,39	(97.486,47)
G	70%	Vencidas	223.001,50	35.803,09	-	258.804,59	(181.164,24)	773.761,31	(541.634,01)
H	100%	Normal	661.038,29	2.232,66	-	663.270,95	(663.270,95)	275.891,14	(275.891,14)
H	100%	Vencidas	719.456,18	125.516,07	61.647,69	906.619,94	(906.619,94)	1.351.491,29	(1.351.491,29)
Total Normal			73.413.878,78	3.002.270,49	15.400.169,43	91.816.318,70	(3.287.405,43)	76.158.193,41	(1.627.150,54)
Total Vencidos			3.285.668,90	371.140,36	475.278,62	4.132.087,88	(1.738.867,76)	5.384.326,40	(2.367.289,27)
Total Geral			76.699.547,68	3.373.410,85	15.875.448,05	95.948.406,58	(5.026.273,19)	81.542.519,81	(3.994.439,81)
Provisões			(4.193.735,40)	(306.342,43)	(526.195,36)	(5.026.273,19)		(3.994.439,81)	
Total Líquido			72.505.812,28	3.067.068,42	15.349.252,69	90.922.133,39		77.548.080,00	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	9.417.674,33	20.187.742,94	41.591.691,09	71.197.108,36
Financiamentos	1.628.234,42	4.356.190,83	9.891.022,80	15.875.448,05
Títulos Descontados	5.057.915,53	444.523,79	-	5.502.439,32
Conta Corrente	3.358.713,52	14.697,33	-	3.373.410,85
TOTAL	19.462.537,80	25.003.154,89	51.482.713,89	95.948.406,58

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	17.493,55	1.641.897,75	40.251,93	1.699.643,23	1,77%
Setor Privado - Indústria	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,10%
Setor Privado - Serviços	1.032.370,19	30.252.103,14	2.564.968,94	33.849.442,27	35,28%
Pessoa Física	2.314.870,87	52.922.842,15	2.897.218,45	58.134.931,47	60,59%
Outros	8.676,24	2.155.713,37	0,00	2.164.389,61	2,26%
TOTAL	3.373.410,85	87.072.556,41	5.502.439,32	95.948.406,58	100%

e) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	3.406.543,18	2.072.448,75
Valor das Operações Transferidas no período	3.511.376,88	1.567.079,33
Valor das Operações Recuperadas no período	(395.588,51)	(232.984,90)
TOTAL	6.522.331,55	3.406.543,18

8. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	328.959,77	200.000,33
Rendas a Receber	422.750,16	313.601,82
Diversos (a)	2.744.056,12	3.413.413,11
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(404.337,18)	(901.028,01)
TOTAL	3.091.428,87	3.025.987,25

(a) Refere-se, substancialmente, a devedores por compra de valores e bens, adiantamentos e antecipações salariais, títulos e créditos a receber, devedores diversos e impostos e contribuições a compensar.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

9. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.937.416,58	1.937.416,58
Material em Estoque	7.564,00	15.600,00
Despesas Antecipadas (b)	34.574,46	10.086,85
TOTAL	1.979.555,04	1.963.103,43

(a) Em Bens Não de Uso Próprio, estão registrados valores referentes aos bens recebidos como dação em pagamento e/ou objeto de expropriação de bens alocados em garantia nas operações de crédito, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, processamento de dados e outros.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	3.563.932,39	3.468.620,25
TOTAL	3.563.932,39	3.468.620,25

11. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Instalações	10%	129.292,80	129.292,80
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(69.368,53)	(47.490,97)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	871.537,65	945.864,71
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(435.555,67)	(424.364,45)
Sistema de Comunicação	20%	40.337,57	31.020,00
Sistema de Processamento de Dados	10%	626.610,22	602.349,07
Sistema de Segurança	10%	65.904,00	79.318,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(493.082,67)	(463.966,38)
TOTAL		735.675,37	852.022,78

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações,

ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	47.069.695,55	33.473.338,90
Depósito Sob Aviso	792.450,10	745.968,14
Depósito a Prazo	167.095.411,24	142.699.228,48
TOTAL	214.957.556,89	176.918.535,52

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(47.755,76)	(78.120,82)
Despesas de Depósitos a Prazo	(9.340.156,05)	(11.845.018,81)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(292.377,12)	(239.232,14)
TOTAL	(9.680.288,93)	(12.162.371,77)

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento (a)	5.755.264,86	5.469.101,05
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	49,68	44,89
TOTAL	5.755.314,54	5.469.145,94

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

14. Obrigações por Empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central	590.209,87	751.520,55
TOTAL	590.209,87	751.520,55

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	54.569,17	52.290,71
Sociais e Estatutárias	1.256.025,56	397.835,06
Fiscais e Previdenciárias	333.795,10	338.883,15
Diversas	4.088.968,34	3.101.166,42
TOTAL	5.733.358,17	3.890.175,34

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados	362.529,48	249.960,57
Resultado de Atos com Não Associados (a)	163.020,48	147.874,49
Gratificações e Participações a Pagar (b)	300.696,08	-
Cotas de Capital a Pagar (c)	429.779,52	-
TOTAL	1.256.025,56	397.835,06

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) A provisão de Gratificações e Participações a Pagar, aprovado pelo Conselho de Administração e registrado em Acordo Coletivo de Trabalho, tem os critérios de reconhecimento e de pagamento estabelecidos conforme Plano de Cumprimento de Metas.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	-	11.564,56
Impostos e contribuições a recolher	333.795,10	327.318,59
TOTAL	333.795,10	338.883,15

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	8.645,63	2.564,68
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	297.573,63	259.171,15
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.205.245,61	1.273.565,63
Provisão para Passivos Contingentes (b)	37.394,52	35.000,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	345.554,75	141.433,72
Credores Diversos – País (d)	2.194.554,20	1.389.431,24
TOTAL	4.088.968,34	3.101.166,42

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos cíveis em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Cíveis	37.394,52	-	35.000,00	-
Outros	-	1.086,23	-	-
TOTAL	37.394,52	1.086,23	35.000,00	-

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de “Provável Perda”, a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de “Provável Perda”, a

instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB ADVOCACIA** existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda possível, totalizando R\$1.012.400,88 (um milhão, doze mil, quatrocentos reais e oitenta e oito centavos). Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas e cíveis.

(c) A Cooperativa manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 31/12/2018	Valor Provisionado em 31/12/2017
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	345.554,75	141.433,72

(d) Refere-se, substancialmente, a crédito de terceiros, pendências a regularizar Bancoob e saldos encerramento Conta Corrente.

16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB ADVOCACIA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	24.654.835,31	20.861.951,67
Associados	8.115	7.397

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 5%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2/4/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 3.197.731,53 (três milhões, cento e noventa e sete mil, setecentos e trinta e um reais e cinquenta e três centavos).

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	6.778.634,76	4.548.224,46
02. (+/-) Demais Resultados	386.974,20	398.973,50
(+) Realização do FATES	386.974,20	398.973,50
03. Resultado do Período (1+2)	7.165.608,96	4.947.197,96
(-) FATES Resultado com Não Associados	(94.075,48)	(147.874,49)
(-) FATES	(353.576,67)	(239.966,17)
(-) Reserva Legal	(707.153,35)	(479.932,35)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	(353.576,67)	(239.966,17)
(+) Reversão Reservas	-	1.000.000,00
04. Sobras a Disposição da AGO	5.657.226,79	4.839.458,78

18. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	81.721,02	60.372,69
Rendas de Empréstimos	15.464.129,57	14.206.360,86
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.438.323,65	1.374.236,61
Rendas de Financiamentos	2.869.425,34	2.661.359,77
Rendas de Títulos de Renda Fixa	6.840.079,72	9.095.349,01
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	426.723,43	361.945,09
TOTAL	27.120.402,73	27.759.624,03

18.1 Outras Receitas Operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	272.584,02	436.649,49
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	14.749,16	155.216,53
Ingressos de Depósitos Interooperativos	2.682.093,81	1.545.786,63
Rendas Juros Cartão de Crédito	873.945,39	795.167,82
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	124.238,59	155.349,40
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	23.394,37	15.041,15
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	39.154,98	24.567,48
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	279.136,40	232.399,51
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	151.438,43	126.835,40
Distribuição de Sobras da Central	95.312,14	-
Outras Rendas Operacionais	107.666,14	70.339,94
TOTAL	4.663.713,43	3.557.353,35

19. Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	(9.680.288,93)	(12.162.371,77)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(6.857,26)	(5.075,24)
Provisões para Operações de Credito	(3.553.414,04)	(3.716.536,81)
Provisões para Outros Créditos	(615.672,46)	(895.294,12)
Operações de Credito de Liquidação Duvidosa	38.080,80	619.376,72
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	49.575,01	38.526,52
TOTAL	(13.768.576,88)	(16.121.374,70)

19.1 Outras Despesas Operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(57.935,99)	(105.729,40)
Despesas de Descontos Concedidos	(194,17)	(10.090,47)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(191.446,75)	(164.323,48)
Provisão para Passivos Contingentes	(27.438,08)	-
Provisão para Passivos Trabalhistas	-	(9.159,63)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(1.986,70)	(4.972,49)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(1.329,49)	(3.274,50)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(160.232,81)	(181.970,19)
Outras Despesas Operacionais	(353.740,98)	(229.108,10)
TOTAL	(794.304,97)	(708.628,26)

20. Resultado Não Operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores e Bens	-	35.417,57
Ganhos de Capital	5.440,17	10.711,95
Reversão de Provisões não Operacionais	25.376,04	75.505,93
Outras Rendas não Operacionais	243.190,79	143.487,93
(-) Perdas de Capital	(53.905,35)	(46.365,90)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(115.239,50)	(60.322,81)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(6.000,00)	(14.334,14)
Resultado Líquido	98.862,15	144.100,53

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Adiantamento a Depositante	37,24	0,06%
Cheque Especial	61.757,76	2,69%
Empréstimo	1.522.571,89	2,42%
Financiamento	278.768,53	1,76%
Títulos Descontados	235.002,13	4,27%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.484.216,78	3,15%	0%
Depósitos a Prazo	6.051.651,06	3,60%	0,49%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	1,07%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,8%

b) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	1.391.530,83

c) No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	745.089,75
Encargos Sociais	119.385,00

22. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB ADVOCACIA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

23. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

23.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (*RWAopad*) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR – Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest* do *VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

23.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

23.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

23.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades.

O **SICOOB ADVOCACIA** adotou a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), nos termos da Resolução CMN nº 4.606 de 19/10/2017, e Patrimônio de Referência (PR) encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **31 de dezembro de 2018**.



Gaspar Laus
Presidente



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - SICCOOB Advocacia
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - SICCOOB Advocacia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - SICCOOB Advocacia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 19 de fevereiro de 2019.




Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina – SICOOB Advocacia, em conformidade com suas atribuições dispostas no Art. 93 do Estatuto Social da Cooperativa, após análise das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 e com base nos exames, constatamos que nenhuma circunstância relevante está conflitante com as peças contábeis por nós verificadas.

Diante disso, conclui o Conselho Fiscal que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - SICOOB Advocacia.

Sendo favorável, recomendamos que os citados documentos sejam aprovados pelos Senhores Associados em Assembleia Geral Ordinária.

Florianópolis, 01 de março de 2019.

CONSELHO FISCAL:



Neiron Luiz de Carvalho



Eduardo Luis Silva



Rejane da Silva Sánchez